

11/07/2019 - 05:00

Câmara e Senado iniciam tramitação da reforma tributária

Por Ana Krüger, Renan Truffi e Vandson Lima

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal deram início ontem formalmente às discussões sobre a reforma tributária. Na Câmara, o deputado Hildo Rocha (MDB-MA) foi eleito presidente da comissão especial que analisará o tema sob a relatoria do líder da maioria na Casa, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Já no Senado Federal, Roberto Rocha (PSDB-MA) foi designado relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A comissão terá 40 sessões para debater a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45/2019, de autoria do também emedebista Baleia Rossi (SP). Ela foi formulada com base nas ideias do economista Bernard Appy, do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF). Para Rocha, o debate levará cerca de três meses.

O que propõem

Os dois principais projetos para a reforma tributária

	Appy (PEC 45/19)	Haully (PEC 293-A/04)
Escopo	União, Estados e municípios	União, Estados e municípios
IVA (composição)	IPI, PIS, Cofins, ICMS, ISS. Novo nome: IBS	IPI, IOF, PIS/Pasep, Cofins, ICMS, ISS, Cida, salário-educação. Novo nome: IBS.
Pagamentos	Não tem tributo específico	Não tem tributo específico
Imposto seletivo	Bens, serviços e direitos geradores de externalidades negativas (Ex: cigarros)	Energia elétrica, combustíveis, telecomunicações, cigarros, bebidas, veículos
Contribuição previdenciária	Não altera	Não altera

Ainda não está definido quando será convocada a primeira sessão de discussão, mas o presidente da comissão sinalizou que isso dependerá do ritmo de aprovação da reforma da Previdência. Se a PEC que muda as regras previdenciárias for aprovada em dois turnos esta semana, a comissão especial da reforma tributária iniciará os trabalhos já na semana que vem. Caso contrário, isso ficará para agosto, depois do recesso parlamentar.

Segundo o relator, será preciso estabelecer um calendário que vise uma aprovação conclusiva ainda este ano. Ele afirmou que serão criadas

subcomissões, acrescentando que o objetivo de seu parecer será aprovar uma nova legislação clara, transparente, justa e capaz de melhorar a competitividade do país. "O ponto central da PEC é a simplificação tributária e, de forma direta, desonerar as empresas. Isso vai se refletir em preço, em transparência de quanto de imposto tem no produto", afirmou Ribeiro.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), compareceu à instalação da comissão especial e disse que alterar o sistema tributário é um desafio diferente da reforma da Previdência. "A previdenciária unifica a federação e de alguma forma divide a sociedade. E a tributária divide a federação e unifica a sociedade. Nosso desafio é harmonizar essas divergências para que a gente, como na Previdência, tenha um texto que organize melhor o sistema tributário", destacou.

Em outra frente, o Senado também destravou a tramitação da proposta que se baseia na PEC do ex-deputado Luiz Carlos Haully. Enquanto a Câmara instalava sua comissão especial, a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Simone Tebet (MDB-MS), designou Roberto Rocha para relatoria da reforma tributária. "O Brasil tem a maior carga tributária na indústria, na produção. Tem a maior tarifa de energia elétrica do mundo para quem produz e tem os maiores encargos sociais do planeta. Ora, como pode ser competitivo no plano global? Não pode. Essa matéria vem corrigir isso", disse o tucano.

Assim, na prática, o Congresso Nacional analisará duas propostas diferentes sobre um mesmo assunto. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), ainda não definiu qual será a tramitação exata da matéria na Casa. Na avaliação de Simone Tebet, o regime interno não exige a criação de uma comissão especial e, portanto, a proposta poderia ser apreciada somente na CCJ antes de ir ao plenário.

Apesar de ter avançado na Câmara na última legislatura, o presidente Rodrigo Maia preferiu patrocinar agora uma nova proposta de emenda à Constituição, assinada pelo líder do MDB.

Para o presidente da comissão especial da Câmara, prevalecerá a reforma tributária que for aprovada primeiro. "O Senado é a Casa dos Estados, mas a Câmara é a casa do povo e quem mais sofre hoje não são os Estados. É o povo que vem perdendo o poder de compra por conta do sistema tributário", disse.

O deputado Hildo Rocha disse, no entanto, que o texto final da Câmara ou do Senado deve incorporar partes que não sejam comuns às duas. Ele aproveitou para defender a proposta de Baleia Rossi, a qual, na sua opinião, combate a sonegação e passa a tributar serviços hoje isentos. "Empresas que auferem uma boa receita de serviços e não deixam nada aqui para o Brasil, apenas captam esse dinheiro e levam embora para outros países", disse em referência a plataformas que transmitem filmes pela internet e aplicativos de transporte.

Aguinaldo Ribeiro também comentou a tramitação concomitante na Câmara e no Senado. "Cada Casa cumpre seu papel e os presidentes das duas têm uma boa relação", disse. "Caberá aos dois presidentes ajustar na hora que afunilar", complementou. Questionado sobre se o movimento do Senado seria "ciúmes" do protagonismo da Câmara, o deputado negou.

Tribuna

Coluna ESPLANADA



LEANDRO MAZZINI

TRIBUTÁRIA, NOVA TENTATIVA

Em paralelo à discussão da Reforma da Previdência, Senado e Câmara vão tentar destravar a Reforma Tributária que se arrasta no Congresso há mais de 15 anos. Foi instalada a comissão especial que vai analisar o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 45/19) que já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara em maio. A proposta acaba com três tributos federais – IPI, PIS e Cofins. Extingue também o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal. Num pacote amplo, o contexto será a tentativa de tributar mais o lucro e a renda, e menos a produção.

Resultados

A equação é simples: quanto menos tributos sobre a produção, mais baratos mercadorias e serviços, mais renda e comércio, e menos inflação. É assim nos países ricos.

Emendão

No Senado, os líderes dos partidos entraram em acordo e também vão apresentar uma proposta de emenda à PEC. Os interesses estaduais são variados, e muitos conflitantes.

radores da Lava Jato à época em que era juiz responsável pelos processos da operação Lava Jato, que levou o ex-presidente Lula da Silva para a cadeia.

Papéis

A ofensiva petista se concentra na Comissão do Trabalho da Câmara, onde o deputado Rogério Correia (PT-MG) protocolou requerimento de convocação sob o argumento de que, "nas mensagens que estão vindo à tona o então juiz Moro foi muito além do

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data 11/07/2019	Página: 02

Tribuna

Em discussão

Instalada ontem, a comissão especial que analisará a reforma Tributária terá seis deputados federais baianos entre os seus integrantes. Farão parte do colegiado Afonso Florence, Joseildo Ramos, ambos do PT, João Carlos Bacelar (PL) e João Roma (PRB), além dos suplentes Otto Alencar Filho (PSD) e Zé Neto (PT).

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 11/07/2019	Página: A20

FOLHA DE S.PAULO

Senado articula projeto paralelo para incluir estados

Daniel Carvalho

BRASÍLIA Antes mesmo de a Câmara ter concluído a votação da reforma da Previdência, o Senado já discutia como fazer alterações na proposta sem fazer com que a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) tenha que retornar à primeira Casa.

A ideia do relator da matéria no Senado, Tasso Jereissati (PSDB-CE), e de outros líderes é aprovar a PEC do jeito que vier da Câmara e promover mudanças em uma "PEC paralela".

A principal mudança que o Senado tentará fazer é incluir estados e municípios na re-

forma. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tentou incluí-los, mas não houve apoio dos deputados —o argumento desses congressistas é que o desgaste político seja dos governadores e prefeitos em aprovar, nas respectivas Assembleias e Câmaras Municipais, regras mais duras de aposentadorias para servidores estaduais e municipais.

"Pessoalmente, sou extremamente favorável [à inclusão]. A princípio, a ideia é uma PEC paralela para incluir estados e municípios para que não volte [à Câmara]", disse Tasso.

Segundo o relator, como o Senado não mexeria na PEC

original, ela já pode ser promulgada sem retornar ao Senado. Já a PEC paralela abriga as alterações.

Uma outra ideia é fazer as alterações no próprio texto da PEC, mas desmembrando-a para que haja promulgação da parte consensual.

Quando a PEC original sair da Câmara, ela será entregue à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado e só depois vai a plenário.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), traça um cronograma para que o texto termine de tramitar na Casa em 45 dias, ou seja, em meados de setembro.

"Vamos ser bastante rápi-

dos", disse Tasso.

Davi vem tentando acelerar a tramitação há alguns meses. Ele chegou a criar uma comissão de acompanhamento no Senado para antecipar as discussões.

"Temos o conjunto da opinião de boa parte dos senadores já pronta. Vamos iniciar já com bastante conhecimento dos principais problemas", afirmou o relator.

Mas nem todos estão dispostos a colaborar para a celeridade da tramitação no Senado. A oposição ainda não traçou sua estratégia para o segundo semestre, mas vai trabalhar para derrotar a reforma.

"Não tem nenhuma conversa sobre isso. Se houve, foi entre eles [aliados do governo]. Não vamos ser favoráveis", disse o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE).

Antes de ir ao Senado, ainda precisam ser analisados pela Câmara os destaques ao texto-base, aprovado nesta quarta-feira (10).

Depois, a Câmara ainda precisará apreciar a PEC em segundo turno.

Na segunda votação em plenário, há a possibilidade de serem apresentadas novas emendas, mas elas não podem acrescentar trechos ao texto aprovado em primeiro turno, apenas retirar.

Veículo: Política Livre	
Data: 11/07/2019	Caderno: Brasil

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

Senadores articulam PEC dos Estados

Foto: André Dusek / Estadão



Tasso Jereissati

Diante da resistência de deputados avalizarem a reinclusão de Estados e municípios na reforma da Previdência no plenário da Câmara, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e lideranças da Casa começaram a articular um acordo para que o endurecimento nas regras de aposentadoria e pensão de servidores municipais e estaduais seja feita por meio de uma proposta paralela. Se for levada a diante, a reforma seria fatiada pelos senadores. Eles ratificariam as novas regras da aposentadoria dos empregados da iniciativa privada e de servidores públicos da União votadas pela Câmara. Mas votariam em outra Proposta de Emenda à Constituição (PEC) a reforma em Estados e municípios. Esse texto teria de voltar à análise dos deputados. A estratégia é pensada porque qualquer alteração feita pelo Senado teria de levar de volta o texto à Câmara. Se ocorrer o fatiamento, as regras que têm comum acordo entre as Casas entrariam em vigor mais cedo. A sugestão ganhou maior amplitude na quarta-feira, 10, dentro do Congresso após o partido Novo retirar do plenário da Câmara a emenda que tentava reincluir Estados e municípios, justamente pela perspectiva de um acordo na Casa vizinha. O senador tucano Tasso Jereissati (CE), cotado para ser relator da reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, disse na quarta-feira que, a princípio, a PEC paralela seria uma saída, diante do apoio de senadores à reinclusão de Estados e municípios em uma reforma da Previdência. Segundo ele, Alcolumbre está de acordo com a ideia. “A grande maioria dos senadores que tenho ouvido são favoráveis à inclusão dos Estados e municípios”, afirmou. A sugestão vem sendo encarada positivamente entre senadores da ala mais experiente do Senado, assim como dentro do partido do presidente, o PSL. Líder da sigla no Senado e favorável à reinclusão de Estados e municípios, Major Olímpio disse na quarta que a PEC paralela é um “caminho”, e que as lideranças estão debatendo a possibilidade com suas bancadas. O líder do PP no Senado, Esperidião Amin, citou que a ideia “é muito simples”. “O que é de concordância das duas Casas, aprovamos aqui e promulgamos, o que acrescentamos ou não concordamos, a Câmara estará debatendo”, afirmou. De acordo com Amin, dentro dessa alternativa, há duas opções na mesa: a inclusão dos Estados e municípios impositivamente ou possibilidade de governadores e prefeitos aderirem a reforma por lei complementar. Essa segunda opção poderia ter mais receptividade na Câmara, diz a presidente da CCJ no Senado, Simone Tebet. Sobre a resistência na Câmara, Tasso considerou que, quando PEC paralela fosse enviada, os deputados já estarão sob “outro clima”, o que facilitaria uma aderência à proposta.

Estadão

11/07/2019 - 05:00

Senado já articula tramitação de PEC paralela para Estados

Por Renan Truffi e Andrea Jubé

À espera da reforma da Previdência, o Senado já começa a discutir como fará para modificar trechos aprovados pelos deputados sem que isso atrase ainda mais sua promulgação. A discussão que deve monopolizar os senadores é a inclusão de estados e municípios no âmbito das mudanças previstas, impasse que não foi superado na Câmara. A tendência é que uma nova proposta de emenda à Constituição (PEC) seja apresentada para que possa agrupar esse tipo de correção. Este texto tramitaria, então, em paralelo à proposta original.

Possível relator da reforma na Casa, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) confirmou ontem que já estuda o teor desta "PEC paralela". O tucano conversou sobre a alternativa com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que também teria sinalizado positivamente neste sentido. Se essa possibilidade vingar, a nova PEC seria apreciada simultaneamente ao texto enviado pelos deputados. Desta maneira, os trechos da proposta que tivessem consenso no Senado seriam enviados à promulgação, enquanto que as mudanças ficariam reservadas à nova PEC. Esta, por sua vez, retornaria à Câmara.

O impasse é justamente o fato de que o eixo principal da nova PEC seria a reinserção dos estados e municípios na reforma, tema que não agradou os deputados. Senadores colocam em questão a possibilidade dos parlamentares rejeitarem, mais uma vez, o tema. "Ao meu ver, vai haver um outro sentimento na Câmara (quando parte da proposta retornar). Somos a casa da federação e aí eles (deputados) estariam votando contra uma posição do Senado", argumentou Tasso.

Por conta disso, alguns senadores cogitam aprovar um texto que tornaria facultativo a estados e municípios a adesão à reforma. "Há duas tentativas que vislumbro. Na primeira, incluímos estados e municípios. Na segunda, é facultada a estados e municípios a adesão à reforma em um prazo de 180 dias mediante lei complementar", sugeriu o senador Esperidião Amin (PP-SC).

O fatiamento da PEC da Previdência não agrada a todos, no entanto. "Tenho dúvidas sobre quais pontos da reforma vão estar no fatiamento e quais não, isso pode significar a imobilização dos estados", disse o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB). Além disso, na avaliação dele, as assembleias legislativas estaduais só têm condições de aprovar qualquer adesão dos estados na reforma até outubro. Após isso, ficaria muito difícil por conta da proximidade com as eleições municipais. Sobre isso, Tasso Jereissati disse que sua expectativa, como futuro relator, é que o Senado aprove todos esses detalhes até setembro. "Aqui no Senado eu tenho a sensação que dá para fazer bem rápido. Temos boa parte da opinião dos senadores já pronta".

FOLHA DE S.PAULO

O impacto do novo texto

28,2%

é quanto caiu a economia prevista em dez anos, comparando o texto da comissão com a proposta original do governo

R\$ 714 bilhões

é a economia estimada de 2020 a 2029 (excluída o adicional da CSLL)

R\$ 567,4 bilhões

é a economia prevista em dez anos com as regras para a Previdência do setor privado (RGPS)

15%

foi a redução de economia provocada pelas alterações dos deputados nas regras propostas pelo governo para o RGPS

R\$ 84,6 bilhões

é a economia prevista em dez anos com as regras da Previdência de servidores civis da União

45%

foi a redução de economia com as regras de servidores

Concessões de deputados cortam 28% da economia, aponta estudo

Regras mais suaves aprovadas no texto-base retiram dos cofres públicos R\$ 281 bi em dez anos

Ana Estela de Sousa Pinto

SÃO PAULO As mudanças feitas por deputados federais na reforma da Previdência original reduziram em 28,2% a economia de despesas em dez anos, segundo cálculos da IFI (Instituição Fiscal Independente).

Nas estimativas do órgão, que reúne especialistas em contas públicas, o texto-base aprovado pela Câmara terá um impacto de R\$ 714 bilhões na redução de despesas de 2020 a 2029.

A proposta original do governo Bolsonaro traria economia de R\$ 995 bilhões nesse período, segundo a IFI.

Ou seja, as concessões feitas durante a tramitação na Câmara terão custo estimado de R\$ 281 bilhões até 2029 (em valores de 2019).

A economia estimada pela IFI é menor que a prevista pelo governo porque a insti-

tuição usa algumas premissas diferentes e, ao menos no que se refere à Previdência dos servidores, foi preciso desenvolver um modelo próprio de cálculo.

Sobre o R\$ 1,2 trilhão de impacto estimado originalmente pelo governo, os 28,2% de redução resultariam em economia de R\$ 888 bilhões com o novo texto.

Em termos absolutos, o maior corte de economia vem nas regras para o RGPS (responsável pela aposentadoria do setor privado): as mudanças na comissão custam cerca de R\$ 103,5 bilhões.

As novas regras para aposentadoria por idade reduziram a economia em R\$ 52 bilhões, e as que se referem à aposentadoria por tempo de contribuição, também em R\$ 52 bilhões.

A economia com o RGPS no texto que foi a votação nesta

quarta (10) caiu 15% em relação à proposta original, nos cálculos da IFI.

Já nas regras que envolvem os servidores houve uma redução de 45% na economia prevista, num custo total de R\$ 68 bilhões em dez anos, segundo a estimativa.

Enquanto a proposta do governo previa economizar R\$ 152,7 bilhões com servidores civis da União (pelos cálculos da IFI), o texto alterado pelos deputados resulta em economia de R\$ 84,6 bilhões.

Regras mais brandas para servidores, como a idade menor para professoras e a transição que antecipa o recebimento de benefícios mais altos por servidores mais antigos, terão custo de R\$ 50 bilhões em dez anos, nos cálculos da instituição.

A proposta original do governo reduziria R\$ 101,2 bilhões em despesas com apo-

sentadorias do funcionalismo federal em dez anos, enquanto o novo texto economizará R\$ 51,2 bilhões, segundo a estimativa da IFI.

No total, incluindo pensões, a economia caiu de R\$ 125,6 bilhões para R\$ 66,8 bilhões com o funcionalismo federal.

A instituição não teve acesso à fórmula usada pelo governo para calcular o impacto das regras do funcionalismo federal, mas o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, aponta que tem aumentado a transparência de dados.

Para estimar o impacto dessas aposentadorias e pensões, a IFI teve acesso a microdados de 1,3 milhão de casos, que recentemente foram também tornados acessíveis no site da Previdência, segundo Salto.

Outro item em que as mudanças dos deputados tiveram efeito foi o do abono salarial: a economia prevista caiu

à metade: de R\$ 150 bilhões na proposta original para R\$ 70 bilhões no novo texto. Mais R\$ 28,7 bilhões deixarão de ser economizados com a retirada das alterações no BPC, benefício para deficientes e idosos em situação de miséria.

O adicional de 5% na CSLL representa R\$ 30 bilhões, elevando a economia total em dez anos para R\$ 744 bilhões (esse total é 25% abaixo da proposta original do governo).

A IFI monitora agora a votação dos destaques — entre as negociações estavam idades menores para policiais e benefícios maiores para mulheres.

“Nosso trabalho é mostrar os números. Por exemplo, não nos cabe opinar sobre se é bom ou ruim reduzir a contribuição mínima de mulheres de 20 anos para 15 anos, mas mostrar que seu impacto é de cerca de R\$ 2,5 bilhões em dez anos”, diz Salto.

11/07/2019 - 05:00

Com 379 votos, Câmara aprova Previdência

Por Raphael Di Cunto, Vandson Lima e Marcelo Ribeiro

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 379 a 131, o texto principal da reforma da Previdência Social. A aprovação ocorreu com placar muito acima do esperado pelo governo, mais de 71 votos além dos 308 necessários, mas o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), abortou o plano de avançar a madrugada para concluir a votação logo após verificar que o projeto sairia desidratado com a aprovação de emendas.

A proposta prevê que os homens só poderão se aposentar com no mínimo 65 anos de idade e as mulheres, com 62 anos, muda as alíquotas previdenciárias, reduz o valor de aposentadorias e pensões e restringe o pagamento do abono salarial. As alterações visam um impacto fiscal de cerca de R\$ 960 bilhões em dez anos e diminuir o alto déficit do sistema, que retira dinheiro de investimentos, saúde e educação.

Negociada por Maia e com apoio de parte da oposição, a votação foi do texto principal foi bem expressiva, com apoio unânime de partidos como DEM, PSD e MDB. Logo na primeira emenda, contudo, proposta pelo PL para excluir os professores da reforma, quase houve a primeira derrota do governo: PP, MDB e PTB liberaram, os deputados do Centrão contrariaram seus partidos e o texto recebeu 265 votos a favor e 185 contra, sob protestos da oposição de que Maia encerrou a votação antes de um quórum mais elevado, que poderia garantir a aprovação.

A jornalistas, o presidente da Câmara justificou o adiamento por uma suposta desinformação dos parlamentares. "Melhor parar e retomar amanhã [hoje] para que os deputados saibam os destaques que estão votando". Ele convocou sessão para às 9h e disse que o segundo turno será votado até sexta-feira de noite ou sábado de manhã - o que é considerado improvável por outros parlamentares. O líder do PP, Arthur Lira (AL), argumentou que o texto principal estava maduro, mas os destaques não estavam combinados.

A próxima votação seria um destaque com alto impacto fiscal, para impedir que pensões por morte possam ser abaixo de um salário mínimo (R\$ 998), como deseja o governo Bolsonaro. A equipe econômica já tinha cedido à bancada feminina: estabeleceu que a pensão não seria menor que esse piso caso fosse a única renda da pessoa (antes, o texto só vedava se toda a família não tivesse outra renda).

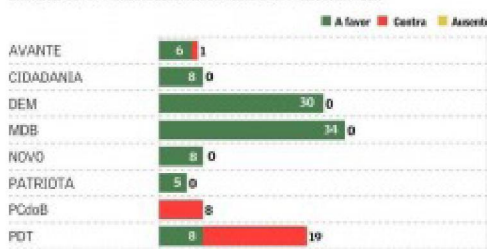
Apesar disso, a bancada evangélica, base do governo, ameaçava votar a favor de emendas do PSC e da oposição para impedir alterações nas pensões. "Do jeito que está, a reforma alcança as viúvas e órfãos de forma mortal", disse o presidente do grupo, o deputado Silas Câmara (PRB-AM).



Maia: emocionado, presidente da Câmara foi aplaudido pelos colegas, elogiado pelo líder do PSL; em discurso, disse que a reforma reduzirá desigualdades

Vitória acachapante

Maioria de 379 votos estava fora do radar mais otimista



Outra concessão, diante do risco de derrota na aposentadoria dos policiais federais, foi um acordo para aprovar emenda do Podemos para abrandar as regras de transição e garantir aposentadoria integral até mesmo àqueles que entraram depois de 2003 no serviço público e não tinham mais direito a esse benefício.

Pela emenda, apoiada por quase todos os partidos, os policiais da ativa poderão se aposentar com 53 anos, se homens, e 52 anos, se mulheres, tendo que trabalhar 100% a mais do que faltava para se aposentarem por tempo de contribuição. As mudanças garantiram a eles integralidade (benefício igual ao último salário) e paridade (reajustes iguais aos da ativa) para todos que entrarem até a promulgação da reforma. Nenhum outro servidor terá esse direito.

A oposição ainda tenta, com emendas, impedir a restrição no abono salarial, evitar o aumento do tempo de contribuição para que os homens se aposentem (de 15 anos para 20 anos), mudar as regras de transição para um pedágio mais favorável aos trabalhadores, abolir as novas fórmulas de cálculo das aposentadorias e o redutor no valor das pensões. O governo precisava, novamente, do apoio de 308 deputados em cada uma dessas votações. Foi para negociar esses votos que Maia suspendeu a sessão e a retomará hoje.

Após meses de conflitos entre ele e o presidente Jair Bolsonaro, Maia foi elogiado pelo líder do PSL, delegado Waldir (GO), que o chamou de grande responsável pela aprovação, e ovacionado por parlamentares de partidos favoráveis à reforma, que o aplaudiram de pé. Ele, emocionado, chorou.

O presidente da Câmara subiu à tribuna para defender o projeto. "Essa reforma vem no intuito de reduzir desigualdades", disse. "O Centrão, essa coisa que ninguém sabe o que é, mas é do mal, é que está fazendo a reforma da Previdência", reforçou. A oposição acusou a reforma de atingir os mais pobres e interessar aos bancos e rentistas, mas houve defecções. No PDT, dos 27, oito votaram a favor. No PSB, de 32, 11 apoiaram o texto principal. Os dois partidos ameaçam expulsar os dissidentes, o que levou parte dessas bancadas a recuar do apoio. PT, PCdoB, Rede e Psol votaram 100% contra o projeto.

Também acusaram o governo de "comprar votos", ao liberar R\$ 1,13 bilhões em emendas parlamentares na véspera da votação e mais R\$ 177,9 milhões ontem, destinados para custeio de ações do Ministério da Saúde nas bases eleitorais dos deputados. Parlamentares ainda aguardam recursos dos ministérios da Educação, da Agricultura, da Cidadania e do Desenvolvimento Regional e a espera fazia com que alguns defendessem ontem, nos bastidores, só votar o segundo turno da proposta em agosto, antes de enviá-la ao Senado.

O ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM), pediu exoneração do cargo para reassumir o mandato de deputado e votar. Contudo, das sete votações ontem, ele só participou de duas - não votou, por exemplo, na contra os professores. Passou o dia em negociações com os deputados junto com o novo articulador político, o ministro de Governo, Luiz Eduardo Ramos, que será o responsável por autorizar o pagamento das emendas e nomeações de cargos após a reforma.

FOLHA DE S.PAULO

Guedes se reúne com secretariado para definir medidas pós-Previdência

Ministro escolherá projetos que farão parte de seu plano até o fim do mandato de Bolsonaro

Julio Wiziack

BRASÍLIA O ministro da Economia, Paulo Guedes, fará uma reunião plenária nesta quinta-feira (11) em Brasília com seus secretários para definir o plano de ação do governo depois que a reforma da Previdência for aprovada.

O evento, fora do ministério, reproduz iniciativas de grandes empresas que, uma vez por ano, reúnem seus executivos em um hotel ou algum

lugar "inspirador" para fazerem um planejamento estratégico com definição de metas.

Ao longo de seis meses, Guedes atribuiu aos seus secretários a missão de propor projetos que, primordialmente, ajudem a impulsionar a economia, gerando empregos.

Todos os secretários passaram os últimos meses estudando as melhores iniciativas. Na reunião, o ministro escolherá os projetos que farão parte de seu plano até

o final do mandato de Jair Bolsonaro.

A coordenação desse programa caberá ao secretário-executivo, Marcelo Guarany, que vai compilar o PPA (Plano Plurianual) com os novos projetos e uma inovação: a definição das metas de implementação e os mecanismos de cobrança dos secretários.

Conduzida pela Secretaria Especial de Fazenda, a proposta de reformulação do FGTS, por exemplo, poderá prever

punições para o gestor caso o prometido — a correção das contas acima da inflação — não seja alcançado de acordo com a meta a ser definida.

Na secretaria de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Paulo Uebel apresentará projetos para melhorar a eficiência do Estado.

Uma das ideias é propor a extinção de autarquias que operam no prejuízo e fundir outras que sejam complementares.

Da Secretaria de Produti-

vidade, Emprego e Competitividade, Guedes aguarda um cardápio centrado no estímulo à redução de barreiras aos negócios para atrair investimentos, que regrediram ao nível de 52 anos atrás.

Pessoas que participam da organização afirmam que será apresentada cerca de uma dezena de projetos para fortalecer a gestão em estados e municípios preferencialmente endividados.

Um deles prevê que convên-

nios federais serão submetidos a uma plataforma que avalia, por inteligência artificial, os riscos de desvios nos contratos com prefeituras, como SUS (Sistema Único de Saúde) e Funpen (Fundo Penitenciário Nacional).

Hoje, somente 2% dos convênios (R\$ 9 bilhões) passam por essa triagem, e o ministro quer incluir todos os contratos a partir de agora.

Caso haja indícios de irregularidades apontados pela máquina, haverá uma auditoria. Para a maioria dos contratos, a liberação dos recursos será automática, caso passem sem problemas pela triagem.

Na avaliação de técnicos envolvidos no projeto, essa medida vai retirar o poder político da liberação de recursos para municípios, que dependem dessa agilidade para a prestação dos serviços à população. Assessores afirmam que Guedes trouxe essa "mentalidade de empresa" ao governo e ela foi reforçada com a escolha dos secretários, especialmente Salim Mattar, cuja atuação já virou folclore no ministério.

Desde que tomou posse, Mattar chega às 7h e exige pontualidade de todos os seus assessores. Quem se atrasa tem de depositar R\$ 50 numa caixinha batizada de "fundo para a happy hour".

Como ninguém quer pagar a multa, a ideia impôs aos servidores uma rotina semelhante ao da Localiza, empresa que Mattar deixou de comandar para se dedicar à administração pública.

Na reunião, Mattar deve apresentar a lista definitiva de estatais para serem vendidas. Ele já disse que, caso sejam privatizadas, poderão gerar até R\$ 1 trilhão, tanto quanto a Previdência.

A reunião servirá também para avaliar a implantação de um superconselho, formado pelos secretários especiais.

Esse grupo funcionaria como os conselhos de administração das empresas que têm como integrantes os representantes dos principais acionistas que se reúnem periodicamente para tomar as decisões estratégicas da companhia.



O pós-reforma

- 1 Equipe econômica vai definir projetos para destravar a economia e estimular a criação de emprego ao longo dos próximos anos
- 2 Não serão aprovados projetos com impacto fiscal
- 3 Na gestão do estado, haverá um pacote para melhorar a eficiência da máquina pública, tanto pelo lado dos programas (como a reforma do FGTS) quanto da prestação do atendimento ao público
- 4 Os projetos selecionados serão compilados no PPA (Plano Plurianual), que terá um novidade: metas de execução por ano e previsão de cobrança dos secretários

Mais*

A PROPOSTA AINDA PRECISA PASSAR POR NOVA SESSÃO NA CÂMARA, ALÉM DA VOTAÇÃO NO SENADO

Das agências

REPORTAGEM
correio24horas@redebahia.com.br

Depois de oito horas de debates, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou, ontem, em primeiro turno, o texto-base da reforma da Previdência, que altera as regras de aposentadoria. Foram 379 votos a favor - 71 a mais do que o mínimo necessário, de 308. A proposta teve 131 votos contrários. Ainda na sessão de ontem, os deputados votaram um destaque - tentativa de alterar pontos específicos do texto - e acabaram rejeitando a proposta para tirar os professores da reforma. Os trabalhos serão retomados hoje.

O texto tem de passar ainda por análise em segundo turno, o que pode acontecer até este sábado. Após isso, segue para o Senado, que deve se debruçar sobre o tema a partir de agosto. A expectativa dos defensores da reforma é a de que até setembro a nova Previdência seja aprovada definitivamente pelo Congresso e vá à promulgação. A partir daí, entram em vigor as novas regras.

Em discurso de 15 minutos antes de anunciar o resultado, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu o protagonismo do Parlamento no fortalecimento da democracia. Ele afirmou que o Congresso Nacional e o STF têm sido atacados de forma exagerada e ressaltou que ninguém investe em um país que ataca as instituições.

"Muitas vezes, os nossos líderes são desrespeitados, às vezes na imprensa, criticados de forma equivocada, mas são esses líderes que estão fazendo as mudanças do Brasil", disse Maia, ovacionado, qualificou o momento como "histórico", disse que o sistema previdenciário brasileiro é injusto e reconheceu divergir de alguns pontos aprovados no texto-base.

O QUE MUDA

Considerada uma das principais apostas da equipe econômica para sanear as contas públicas, a proposta de reforma da Previdência reestrutura o sistema de aposentadoria e pensões dos trabalhadores da iniciativa privada e dos servidores públicos. O texto aprovado pelos deputados garante uma economia de R\$ 933,9 bilhões nas despesas da Previdência em 10 anos.

A reforma estabelece uma idade mínima de 65 anos, se homem, e 62 anos, se mulher, para trabalhadores do setor privado e servidores federais. Quem já está no mercado de trabalho tem direito a uma transição. No caso da iniciativa privada, há quatro modelos de transição. Para ser-



FABIO RODRIGUES POZZESOM/AGÊNCIA BRASIL

NOVA PREVIDÊNCIA É APROVADA EM 1º TURNO NA CÂMARA

Deputados governistas e da oposição acompanham o discurso do presidente da Câmara logo após a conclusão da votação

Votação
Deputados aprovaram texto-base da reforma por 379 votos contra 131. Resultado superou as expectativas dos próprios governistas

vidores, há duas. O trabalhador poderá escolher a mais vantajosa. Pelo INSS, atualmente, há duas formas de aposentadoria. Uma delas é por idade, que exige 65 anos, no caso de homens, e 60 anos para mulheres, quando o trabalhador não é do setor rural. São necessários também 15 anos de contribuição.

A reforma ataca essencialmente o segundo modelo de aposentadoria: o por tempo de serviço. Essas regras permitem que, após 35 anos de contribuição, se homem, e 30 anos, se mulher, trabalhadores se aposentem cedo. Não há idade mínima.

Outra mudança relevante é sobre a fórmula de cálculo da aposentadoria. A regra atual descarta os 20% menores recolhimentos. Assim, a média é elevada, o que beneficia o tra-

balhador. A proposta considerará todas as contribuições, o que reduz o valor da aposentadoria. A versão atual da reforma mantém essa regra de cálculo proposta pelo governo, mas o relator incluiu um dispositivo para suavizar a mudança.

Para conseguir apoio à PEC, o relator teve de ceder a pressões. Estados e municípios ficaram fora da reforma - Rodrigo Maia indica que o Senado pode recolocá-los, mas essa parte seria fatiada e tramitaria à parte, como uma "PEC paralela".

A reforma também excluiu a criação de um novo sistema previdenciário, a capitalização. Nesse regime, que era o desejo do ministro da Economia, Paulo Guedes, cada trabalhador faria a própria poupança para bancar a aposentadoria.

●● Nossos líderes são desrespeitados, são criticados de forma equivocada, mas são esses líderes que estão fazendo as mudanças no Brasil

Rodrigo Maia

Presidente da Câmara

●● O Brasil está cada vez mais próximo de entrar no caminho do emprego e da prosperidade

Jair Bolsonaro

Presidente da República

Saúde Bahia já tem 20 mortes por dengue confirmadas no 1º semestre do ano, contra três em 2018 PÁGS. 16 E 17

Frustração Jovens pagam intercâmbio no exterior, mas não viajam após empresa fechar PÁG. 20



VEJA O QUE MUDA COM A NOVA PREVIDÊNCIA

Idade mínima O texto prevê idade mínima para se aposentar, de 65 anos para homens e 62 para mulheres. As regras valerão para quem ainda não começou a trabalhar. Quem já está trabalhando e contribuindo para o INSS ou no setor público terá regras de transição

Contribuição A aposentadoria virá após um tempo mínimo de contribuições previdenciárias: para as mulheres, o mínimo será de 30 anos; os homens terão de comprovar 35 anos de contribuição

Regras de transição Trabalhadores do setor privado que estão no Regime Geral da Previdência Social (RGPS), ou seja, que contribuem para o INSS, terão até cinco regras de transição. Será possível escolher, a cada caso, a regra de transição que for mais conveniente. Em algumas regras, a aposentadoria poderá ser pedida antes, porém com valor do benefício menor

Aposentadoria rural A idade mínima fica mantida em 55 anos para mulheres e 60 para homens. O tempo mínimo de contribuição também fica em 15 anos para mulheres e para homens. A proposta atinge, além de trabalhadores rurais, pessoas que exercem atividade de economia familiar, incluindo garimpeiro e pescador artesanal

Professores Pelo texto, as professoras poderão se aposentar com 57 anos de idade e 25 anos de contribuição; os professores, com 60 de idade e 25 anos de contribuição. Para os servidores da rede pública, as regras são as mesmas, com a exigência de, ao menos, 10 anos de serviço público e 5 no cargo

Benefício de Prestação Continuada O texto a ser votado permite que pessoas com deficiência e idosos em situação de pobreza continuem a receber um salário mínimo a partir dos 65 anos

Abono salarial O pagamento do abono salarial fica restrito aos trabalhadores com renda até R\$ 1.364,43. Hoje, é pago para quem recebe até 2 salários mínimos

Pensões Pensão por morte não será mais 100% do valor do benefício. Será de 50% mais 10% por dependente. Se a família for uma viúva com dois filhos, por exemplo, o benefício será de 80%

●● A reforma estimulará o investimento privado e a criação de empregos, fazendo a economia voltar a crescer de forma sustentada **Robson Andrade**

Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

●● A reforma da Previdência Social incentivará os investimentos, diminuirá o déficit fiscal do Estado brasileiro, equilibrando assim as contas públicas **Davi Alcolumbre**

Presidente do Senado

Plenário mantém professores na reforma

O plenário da Câmara dos Deputados rejeitou, por 265 votos a 184, o destaque nº 9, apresentado pela bancada do PL, que buscava manter as regras atuais das aposentadorias dos professores do ensino infantil, fundamental, médio e universitário. Esse destaque havia sido rejeitado na comissão especial na semana passada.

Atualmente, não há idade mínima para a aposentadoria da categoria no setor privado, mas se exige tempo de contribuição de 25 anos para as mulheres e 30 anos para

os homens. No setor público, a idade mínima exigida é de 50 para as mulheres e 55 anos para os homens, além de 25 anos de contribuição para as mulheres e 30 anos para os homens – sendo 10 anos como servidor público e cinco anos no cargo de professor.

Pelo texto-base da reforma da Previdência aprovado ontem no plenário, passará a vigorar – tanto para os professores públicos como para os privados – idade mínima de 57 anos para mulheres e 60 anos para os homens,

57 anos será a idade mínima para a aposentadoria das professoras. Já para os professores, a idade mínima exigida com a reforma é de 60 anos

com 25 anos de contribuição para ambos.

Após o destaque nº 9, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), encerrou os trabalhos de ontem no plenário. Todos os demais destaques ficaram para hoje. No sistema da Câmara constam 30 propostas, mas diversas delas têm conteúdos iguais. Pela lista atual, o primeiro destaque a ser apreciado hoje busca impedir que pensões sejam inferiores a um salário mínimo, caso o beneficiário tenha outra fonte de renda.

valor do benefício a partir de 15 anos de contribuição. A partir daí, elas poderão receber 2 pontos percentuais a cada ano a mais na ativa.

Da forma como está no texto-base, elas teriam direito a 60% do benefício a partir dos 15 anos de contribuição. No entanto, só receberiam os dois pontos percentuais a mais por ano após os 20 anos de contribuição. Ou seja, o valor do benefício seria igual dos 15 aos 20 anos de contribuição. Essa mudança vai retirar R\$ 26 bilhões da economia esperada em dez anos.

EMENDAS

Além de concessões a algumas categorias, o governo abriu ainda o cofre e acelerou a distribuição de emendas que os congressistas fazem ao Orçamento da União, ordinárias e extras. Só na segunda categoria, a proposta era liberar imediatamente R\$ 10 milhões por parlamentar fiel – mais de R\$ 3 bilhões.

Ontem, dia da votação, Bolsonaro liberou R\$ 178 milhões em emendas parlamentares. Ao todo, foram liberadas 148 emendas, todas da área da saúde, para fundos municipais de assistência básica, média e de alta complexidade. O pacote foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União.

Regras mais brandas para os policiais

Depois do empenho pessoal do presidente Jair Bolsonaro para abrandar as regras dos policiais, o governo construiu um acordo com integrantes da bancada da bala – parlamentares que se elegeram com a bandeira da segurança pública – para mudar as regras dos policiais federais, rodoviários federais e legislativos em relação ao que foi proposto no texto principal.

Da forma como foi aprovado no plenário (sem a modificação do destaque), os policiais têm de trabalhar até os 55 anos (homens e mulheres) para ter direito à aposentadoria, com 30 anos de contribuição, sendo 25 no exercício efetivo da carreira. O acordo prevê que a idade caia para 53 anos para homens e 52 para mulheres.

Mas foi incluído um pedágio de 100%, que se refere ao tempo que o policial terá de trabalhar a mais do tempo que falta para se aposentar para obter as chamadas integralidade (se aposentar com o último salário da ativa) e paridade (que é ter os mesmos reajustes dos servidores da ativa).

Isso significa que, para um policial que falta dois anos para se aposentar, será preciso trabalhar quatro para ter direito à aposentadoria. O PSL, partido do presidente apresentou dois destaques para viabilizar o acordo. Segundo o ministro da Casa Civil licenciado, deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), a mudança para os policiais retira cerca de R\$ 1 bilhão da economia prevista em dez anos.

R\$ 933,9

bilhões é quanto o governo espera economizar com a Previdência em dez anos. O projeto inicial previa uma economia da ordem de R\$ 1,3 trilhão

R\$ 178

milhões foi o valor liberado pelo governo em emendas parlamentares. Ao todo, foram liberadas 148 emendas

MULHERS

Há também o destaque (sujeito a alteração ao texto-base) apresentado em um acordo com integrantes da bancada feminina, para mudar o cálculo da aposentadoria para as mulheres. A mudança é para ajustar o cálculo da aposentadoria das mulheres para permitir que elas possam ter direito a 60% do

Dólar cai; Bolsa sobe e bate mais um recorde

A combinação entre mais chances de corte de juros nos Estados Unidos e o avanço dos trâmites da reforma da Previdência derrubou o dólar ao menor patamar desde fevereiro e fez a Bolsa brasileira bater mais um recorde ontem. A moeda norte-americana recuou 1,30%, a R\$ 3,7585 na venda. É o menor patamar para um fechamento desde 28 de fevereiro (R\$ 3,7531). Na mínima da sessão, a divisa foi cotada a R\$ 3,7519 na venda.

A desvalorização percentual do dólar é a mais intensa desde 31 de maio (-1,37%). “Do que a gente avalia, esse nível de dólar, de R\$ 3,76, já está precificando a aprovação (da Previdência). Não existe outro sinal”, disse o superintendente da Correparti Corretora, Ricardo Gomes da Silva.

IBOVESPA

Já o Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo, a B3, fechou em alta de 1,23%, aos 105.817 pontos. Na

●● Com a aprovação da reforma, é grande a chance de o Banco Central iniciar um novo ciclo de corte dos juros **Felipe Silveira**

Analista da Coinvalores

máxima do dia, chegou a 106.650 pontos – novo recorde de histórico. Após encerrar o mês passado com valorização de 4,06%, o índice acumula alta de 4,80% nos sete primeiros pregões de julho.

O analista da Ativa Investimentos Ilan Arbetman vê a possibilidade de que o Ibovespa busque os 108 mil pontos nos últimos dias, especialmente se for confirmada a aprovação da Previdência, na Câmara, antes do recesso parlamentar.

Tribuna

Por 379 votos a 131, Câmara aprova PEC da Previdência em 1º turno

POR FERNANDA CALGARO, GUSTAVO GARCIA, FÁBIO AMATO, LUIZ FELIPE BARBIERI E FERNANDA VIVAS, G1 E TV GLOBO — BRASÍLIA

A Câmara dos Deputados aprovou na noite de ontem (10), em primeiro turno, por 379 votos a 131, o texto-base da proposta de emenda à Constituição (PEC) de reforma da Previdência, que altera as regras de aposentadoria. Para concluir a votação, os parlamentares ainda precisam analisar emendas e destaques apresentados pelos partidos para tentar alterar pontos específicos do texto-base. O resultado superou as expectativas dos próprios governistas. Até o último domingo (7), o mini-

stro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, estimava que a proposta receberia cerca de 330 votos. Contribuíram para o resultado os votos de deputados de partidos de oposição, como PSB e PDT, que tinham fechado questão contra a reforma da Previdência. No PSB, dos 32 deputados da bancada, 11 votaram a favor da reforma. No PDT, oito dos 27 deputados votaram pela aprovação do texto.

Considerada uma das principais apostas da equipe econômica para sanear as contas públicas, a proposta de reforma da Previdência estabelece, entre outros pontos, a imposição de uma idade mínima para os trabalhadores se aposentarem: 65 anos para homens; 62 anos para mulheres. O tempo mínimo de

contribuição previdenciária, pela proposta, passará a ser de 15 anos para as mulheres e 20 anos para os homens. Além disso, o texto propõe regras de transição para quem já está no mercado de trabalho. Antes de conseguir aprovar o texto-base, os deputados favoráveis à reforma tiveram que analisar no plenário requerimentos regimentais de obstrução apresentados pelos partidos contrários às mudanças nas regras previdenciárias.

O objetivo dos opositores com o uso do chamado "kit obstrução" era atrasar o máximo possível a votação. Porém, todos os requerimentos de obstrução foram rejeitados pela maioria dos deputados ao longo do dia. Por um placar de 334 votos a 29, os defensores da



DEPUTADOS aprovaram o texto-base da proposta de emenda à Constituição (PEC) de reforma da Previdência, que altera as regras de aposentadoria

reforma derrubaram um pedido do PSOL que solicitava a retirada de pauta da proposta. Com a rejeição, ficaram prejudicados outros requerimentos que pediam o adiamento da votação. A oposição fez outra tentativa para atrasar os trabalhos ao pedir que o texto fosse analisado de forma fatiada, votando cada artigo separadamente.

Para contornar a situa-

ção, deputados favoráveis à PEC da Previdência usaram uma manobra regimental e apresentaram seis requerimentos que tratavam de procedimentos de votação. Nessa situação, quando há mais de cinco pedidos no mesmo sentido, o regimento interno da Câmara determina que o presidente da Casa consulte o plenário sobre o procedimento em uma única votação. O ple-

nário acabou rejeitando a votação parcelada por 299 votos a 43, e duas abstenções. Em seguida, os parlamentares derrubaram em bloco a admissibilidade dos destaques simples, que são as sugestões apresentadas por deputados individualmente. Assim, eles partiram diretamente para a análise dos destaques de bancada.

EMBATES - Durante a sessão, parlamentares pró-reforma e opositores travaram uma série de embates sobre as mudanças nas regras previdenciárias. Parlamentares da oposição afirmaram que a economia prevista com a reforma é "injusta" e feita em cima dos que ganham menos. Eles também criticaram a liberação de emendas parlamentares por parte do governo, dizendo que isso faz parte da negociação de votos a favor das mudanças nas regras previdenciárias. "O governo teve seis meses para tentar convencer o Congresso, o povo brasileiro de que essa reforma combateria privilégios e seria boa para a economia, mas só conseguiu convencer parte dos parlamentares liberando R\$ 40 milhões extras em emendas para acabar com a vida do povo trabalhador", disse deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP).

EMOÇÃO

Após aprovação, Rodrigo Maia é aplaudido e chora



RODRIGO MAIA se emocionou e foi muito aplaudido pelos parlamentares após a votação

POR ANNE WARTH, CAMILA TURTELLI E MARIANA HAUBERT
AGENCIA ESTADO

O texto-base da reforma da Previdência foi aprovado pelo Plenário da Câmara por 379 votos favoráveis e 131 contrários. O resultado foi proclamado pelo presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), que se emocionou e foi muito aplaudido pelos parlamentares. O placar superou os cálculos que haviam sido divulgados pelo governo e pelos líderes partidários com ampla margem. Para aprovar o texto, eram necessários, no mínimo,

308 votos. A votação foi realizada em primeiro turno. O segundo turno de votação será realizado após a votação dos destaques e pode ocorrer entre hoje e amanhã. A votação em segundo turno representa uma confirmação do texto final que será enviado ao Senado.

O deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) disse que Maia "colocou seu nome na história do Brasil". Ele agradeceu ainda o apoio da população à reforma. O líder do MDB, Baleia Rossi (SP), disse que o placar demonstra a maturidade da Câmara. Ele disse que Maia conduziu a reforma com "maestria" e em

nenhum momento se desviou de sua meta. "Foi uma grande vitória", disse. "Agora, vamos superar os destaques", acrescentou, ressaltando que a ideia é derrubar aqueles que têm impacto na reforma.

O líder da Oposição, Alessandro Molon (PSB-RJ), disse que a aprovação da reforma era lamentável, pois os deputados olharam apenas números, sem ver as pessoas. "É preciso achar o equilíbrio ideal entre estes dois lados, para que a dose do remédio não vire veneno, tanto para o povo como para a nossa economia. Infelizmente, não foi isso que vimos aqui hoje",

disse "Vamos lutar, agora, para reduzir os impactos negativos desta reforma por meio dos destaques."

Os deputados iniciaram a análise dos 16 destaques apresentados. No início da noite, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, ainda negociava com deputados para tentar retirar os destaques da oposição. Havia acordo para a votação de dois destaques: o que se refere aos policiais e às mulheres. Mesmo com a aprovação desses dois destaques, o governo estima uma economia de despesas acima de R\$ 900 bilhões em dez anos.

Oposicionistas baianos integraram bloco de obstrução



ALICE PORTUGAL lembrou que foram feitas reformas após o impeachment da ex-presidente Dilma, a exemplo da Trabalhista, e que nenhuma delas solucionou o problema do desemprego

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

Parlamentares oposicionistas fizeram longos discursos contra a reforma da Previdência durante a obstrução da matéria ontem. O Plenário da Câmara dos Deputados foi tomado por manifestações no momento em que se iniciou a votação do mérito da reforma. Enquanto partidários da reforma balançavam bandeiras do Brasil, os contrários ostentam faixas que denunciam o “fim da aposentadoria”. Nos dois lados, deputados munidos de celulares iniciam lives, as transmissões ao vivo pelas redes sociais. O deputado baiano Valmir Assunção (PT) acusou o governo Bolsonaro de liberar R\$ 40

milhões em emendas para cada deputado aprovar a matéria. “Isso é um absurdo, não podemos concordar, porque essa reforma da Previdência é para tirar direito do povo brasileiro. Essa reforma da Previdência o governo vai economizar R\$ 1 trilhão em dez anos. Mas essa reforma não é para dez anos, é para vinte. Em vinte, a economia é de R\$ 4,5 trilhões. Como é que o governo vai economizar isso? É impedindo que o cidadão se aposente”, afilnetou.

O petista Jorge Solla (PT) afirmou que “vão pagar caro nossos colegas deputados da Bahia que venderam o voto na Reforma da Previdência”. “A Bahia recebe a mais do que paga em previdência, ao ano, R\$ 6 bilhões. Esse ‘superavit’ em

breve deixará de existir. A maioria dos trabalhadores em nosso estado recebem até dois salários mínimos, que serão os grandes prejudicados com as mudanças nas regras de cálculo e acesso, que impedirá muita gente de se aposentar e, se conseguir, será com valores até na metade, se comparado com as regras atuais. Essas borras de asfalto que esses parlamentares aceitaram para vender seus votos são migalhas diante do bilionário prejuízo que nosso estado vai ter. Vai aumentar a desigualdade social, miséria e fome. Vai aumentar o desemprego porque vai ter menos dinheiro girando na economia dos municípios”, atacou.

A deputada Alice Portugal (PCDoB) lembrou que

foram feitas reformas após o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), a exemplo da Reforma Trabalhista, e que nenhuma delas solucionou o problema do desemprego no Brasil. “Quero dizer para a bancada evangélica que vossas excelências colocarão a digital na maior iniquidade contra órfãos, contra viúvas, contra mulheres e contra pobres deste país. É isso que está sendo votado”, atacou.

Já Lidice da Mata (PSB) afirmou que, ao contrário do que defendem o governo e parlamentares da sua base, a reforma da Previdência não vai gerar empregos e nem impulsionar a economia. De acordo com a parlamentar baiana, o projeto prejudicará, sobretudo, os pequenos municípios brasileiros.

Maioria dos deputados baianos vota a favor da Previdência

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

A maioria dos deputados baianos votou a favor da reforma da Previdência, que foi aprovada, ontem, em primeiro turno. Dos 39 parlamentares, 25 foram a favor e 13 contra. Presidente do Podemos na Bahia, o deputado federal Bacelar se ausentou da votação. Ele estaria em viagem internacional. Os cinco deputados do PSD votaram a favor da proposta enviada pelo governo

do presidente Jair Bolsonaro (PSL) ao Congresso Nacional após o senador Otto Alencar (PSD) negociar a liberação de recursos para o estado. Segundo ele, os presidente da Câmara e do Senado, Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre, ambos do DEM, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, prometeram atender a pauta de reivindicação do governador Rui Costa (PT). O petista, na última segunda-feira, pediu que sua bancada, ao negociar a aprovação da reforma, pleiteassem a liberação de dinheiro para o estado a fim de resolver o problema do déficit previdenciário baiano

e também para investir. Estimava-se que a Bahia pode receber R\$ 4 bilhões.

O líder do DEM na Câmara, deputado Elmar Nascimento, justificou o motivo da sua sigla ter fechado questão sobre o tema. Ante o próprio Elmar Nascimento era contra, mas mudou de ideia após o presidente nacional do DEM, o prefeito de Salvador, ACM Neto, defender a medida. “Fechamos questão não para obrigar ninguém a votar, mas fechamos questão para mostrar publicamente o compromisso histórico do Democratas com o futuro do Brasil”, pontuou.

Votaram a favor da pro-

posta os deputados Abílio Santana (PL), Adolfo Viana (PSDB) Alex Santana (PDT), Antonio Brito (PSD), Arthur Maia (DEM), Cacá Leão (PP), Charles Fernandes (PSD), Claudio Cajado (PP), Elmar Nascimento (DEM), Igor Kannário (PHS), João Carlos Bacelar (PL), João Roma (PRB), José Nunes (PSD), José Rocha (PL), Leu Lomanto Júnior (DEM), Márcio Marinho (PRB), Otto Alencar Filho (PSD), Pastor Sargento Isidório (Avante), Paulo Azi (DEM), Paulo Magalhães (PSD), Professora Dayane Pimentel (PSL), Raimundo Costa (PP), Ronaldo Carletto (PP),



RELATOR da Previdência no governo Michel Temer, Arthur Maia se posicionou favorável à atual PEC

Tito (Avante), Uldurico Junior (Pros).

Alex Santana votou a favor da reforma mesmo com a orientação contrária do seu partido e pode ser expulso da legenda. Segundo o jornal Estado de S. Paulo, em reunião realizada na última terça-feira, com a bancada do PDT na Câmara, o presidente do partido, Carlos Lupi, disse que quem apoiasse as mudanças na aposentadoria propostas pelo

governo de Jair Bolsonaro seria punido com o desligamento. Votaram contra a reforma: Afonso Florence (PT), Alice Portugal (PCDoB), Daniel Almeida (PCDoB), Félix Mendonça Júnior (PDT), Jorge Solla (PT), Joseildo Ramos (PT), Lidice da Mata (PSB), Marcelo Nilo (PSB), Mário Negromonte Jr (PP), Nelson Pelegrino (PT), Valmir Assunção (PT), Waldenor Pereira (PT) e Zé Neto (PT).

Líder do DEM diz que é “urgente e necessária” aprovação da reforma

Líder do DEM na Câmara, o baiano Elmar Nascimento disse, ontem, que a reforma da Previdência aprovada pela Casa era “urgente e necessária”. O democrata disse que a oposição fez críticas ao texto, mas não apresentou nenhuma alternativa. “Mesmo quando éramos oposição sempre defendemos a reforma. Uma reforma que, no primeiro momento, vai significar estabelecer em curto prazo credibilidade junto ao mercado e investidores internacionais. Nós vivemos um mo-

mento em que existe 14 milhões de brasileiros desempregados e que precisam da nossa atuação”. Elmar ressaltou que a proposta enviada pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) foi “aperfeiçoada” pelos deputados durante a tramitação. “O Congresso Nacional, via Câmara dos Deputados, assume o protagonismo na história do país. Não deixando que, em hipótese nenhuma, o Brasil vá para insolvência. O governo fez a parte dele. Sob sua ótica, enviou uma proposta de reforma da Pre-

vidência que nós aperfeiçoamos aqui. Retiramos (as mudanças na) aposentadoria dos trabalhadores rurais, no BPC (Benefício de Prestação Continuada), tiramos a desconstitucionalização, retiramos a capitalização. Tiramos com isso, ao mesmo tempo, todo o discurso da oposição”. O democrata fez duras críticas ainda aos adversários. “Ser oposição não é ser absolutamente contra tudo e apostar no quanto pior, melhor. Ser oposição é oferecer alternativas”. (RDS)

Partidos fecham acordo para suavizar regras para policiais federais

LISANDRA PARAGUASSU
REUTERS

Depois de dias de pressão, a Câmara conseguiu fechar um acordo para alterar o regime de Previdência dos policiais ligados ao governo federal, reduzindo a idade mínima de aposentadoria para 53 anos para homens e 52 para mulheres, dos atuais 55 anos previstos, retirando um dos entraves para a votação da reforma que se iniciou ontem. De acordo com o líder do gover-

no na Câmara, deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO), os policiais — que vinham pressionando o governo por alterações no texto e chegaram a chamar o presidente Jair Bolsonaro de traidor — concordaram com a redução da idade mínima, mesmo com o pedágio de 100% do tempo que falta para a aposentadoria.

O acordo prevê ainda que Advocacia Geral da União vai preparar um parecer sobre integralidade dos salários, em que o policial se aposenta com o último

salário, e a paridade dos aposentados com os policiais de ativa, para os servidores atuais, reconhecendo ambos os benefícios até a promulgação da reforma. Segundo o líder, quem entrar na carreira depois da promulgação da reforma não estaria coberto, mas isso pode ser modificado depois em um projeto de lei. O tempo mínimo na atividade policial para quem já ingressou na carreira será de 15 anos para mulher e 20 anos para os homens. Para os novos, sobe para 25 anos.

Tribuna

Ministério da Economia prepara cardápio pós-reforma da Previdência

POR MARCELAAYRES
E JAMIE MCGEEVER
REUTERS

A equipe econômica trabalha para reunir num site as medidas já adotadas pelo governo e as que estão por vir após a Câmara dos Deputados aprovar a reforma da Previdência, num esforço para dar publicidade ao que vem sendo feito em meio às críticas de que o governo estacionou nas regras da aposentadoria e pouco fez para impulsionar a combatida atividade econô-

mica. Na segunda-feira à noite, integrantes do alto escalão da equipe econômica, incluindo o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, se encontraram informalmente e debateram o horizonte pós-Previdência diante da avaliação que a reforma deve ser votada na Câmara dos Deputados antes do recesso parlamentar.

Hoje, será a vez de todos os secretários da Economia se reunirem com Guedes para missão semelhante. A ideia é jogar luz sobre as próximas ações do governo e centrar

esforços nas pautas que são vistas como de maior aceitação junto ao Congresso e à própria sociedade. "É para preparar não o anúncio, mas a concatenação daquilo que já está acontecendo porque eles (técnicos) trabalharam praticamente no anonimato para não atrapalhar a reforma da Previdência", disse uma fonte que integra o time. Entrará nessa compilação, por exemplo, o choque de energia barata prometido por Guedes, tema que começou a ganhar terreno e deve ser perseguido como meta daqui para frente.



MINISTRO Paulo Guedes e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, se encontraram na segunda e debateram o horizonte pós-Previdência

Membros do próprio governo já disseram que a equipe trabalha numa proposta de reforma tributária e num novo pacto federativo com divisão de recursos com Estados e municípios. Para movimentar a economia, a liberação de recursos do PIS/Pasep e do FGTS também está sendo engatilhada. "Nos

temos no segundo semestre, por delegação e determinação do ministro Guedes, uma série de medidas a serem anunciadas, parte com Congresso, parte diretamente pelo setor Executivo", disse a jornalista esta semana o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery

Rodrigues.

No cardápio de medidas, estão iniciativas tanto para fomentar o uso de imóveis em garantia para empréstimos mais baratos como para a regulação da hipoteca reversa, pelo qual o dono de um imóvel, ao abrir mão da titularidade do bem em favor de um banco, receberá da instituição uma espécie de salário até o fim da vida. No grupo de ações já adotadas estão a Medida Provisória (MP) da Liberdade Econômica, para reduzir papel do Estado na criação e gestão de negócios, e o projeto que cria um plano de socorro a Estados, com o governo concedendo garantia para empréstimos feitos por estes que se comprometem com medidas de ajuste fiscal. Assim como o BC organizou e divulgou amplamente sua pauta de prioridades na chamada Agenda BC+, rebatizada de BC# sob a gestão de Campos Neto, o Ministério da Economia buscará, com o site, fazer o mes-

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 11/07/2019	Coluna: Economia



REFORMA TRARÁ ECONOMIA DE R\$ 744 BI EM DEZ ANOS, DIZ ÓRGÃO DO SENADO



11 Julho, 2019

A Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal calculou nesta quarta-feira, 10, uma economia de R\$ 744 bilhões com a reforma da Previdência em 10 anos. Os técnicos da IFI refizeram as contas depois das concessões feitas ao projeto na Comissão Especial da Câmara e constataram um número R\$ 243 milhões menor do que os R\$ 987 bilhões projetados pelo relator Samuel Moreira (PSDB-SP) e a equipe econômica.

O diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, avalia que a diferenças estão relacionadas às premissas utilizadas. Segundo ele, o valor da economia de R\$ 744 bilhões em 10 anos inclui o efeito da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) maior para bancos. Enquanto o governo estima uma receita de R\$ 53,5 bilhões com a taxação dos bancos, o valor estimado pela IFI é muito menor, de R\$ 30 bilhões em uma década.

“Os números não batem, necessariamente, com os do governo, o que não significa alguém estar certo e alguém estar errado”, pondera Salto. Ele destaca que os números comparativos da IFI foram feitos com base nas notícias que saíram na imprensa, já que os números consolidados não foram divulgados oficialmente.

Pelos cálculos da IFI, as mudanças nas regras de quem se aposenta pelo INSS garantem uma economia de R\$ 567,4 bilhões, enquanto o governo estimou em R\$ 717,6 bilhões. As alterações nas regras dos servidores foram estimadas em R\$ 84,6 bilhões pela IFI ante R\$ 113,3 bilhões pelo governo e a equipe do relator Samuel Moreira.

Os técnicos do governo passaram a quarta-feira fazendo os cálculos das mudanças que estavam sendo apresentadas na votação do plenário da Câmara. Os números só serão divulgados depois da votação dos destaques. A confiança era de que mais de R\$ 900 bilhões de economia seria mantida.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

A reforma aprovada é ampla e terá impacto importante nas contas públicas, mas será menor do que o governo previa. Segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI), ficou em R\$ 714 bilhões a economia em 10 anos, sem contar outras possíveis mudanças. Ela cria uma espécie de lei de responsabilidade previdenciária para todos os entes da Federação. Portanto, os estados e municípios estão fora do projeto, na definição dos benefícios, mas eles terão que se esforçar para controlar suas despesas na área. A reforma introduz a idade mínima que o Brasil tenta ter há mais de 20 anos. O texto foi aperfeiçoado em alguns pontos ao tramitar no Congresso, mas manteve desigualdades. Na defesa de determinados privilégios, juntaram-se a esquerda e o bolsonarismo, uma realidade que só não é bizarra porque o Brasil sempre foi assim.

O centrão votou em peso na reforma, mas um placar de 379 a 131 mostra um movimento amplo de apoio. No eloquente discurso do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, houve várias indiretas ao próprio governo: "As soluções passam pela política. Não haverá in-

vestimento no país se não houver democracia. Eu não sei qual meu objetivo nem quando fui atacado." Todo mundo entendeu a quem ele se referia, e ao episódio em si. Mas o Planalto o elogiou. Era a hora da comemoração. Ontem foi o dia da festa para Rodrigo Maia, que nasceu no Chile, no exílio, filho de político, que tem entre seus nomes, além dos conhecidos, Felinto, Ibarra e Epitácio.

Um dos grandes saltos do projeto está no artigo 40, que deixa claro que estados e municípios terão que buscar equilíbrio financeiro e atuarial. O parágrafo 22º cria uma série de obrigações. Os estados e municípios não podem criar novos regimes próprios e para os que existem haverá lei federal estabelecendo as normas de funcionamento e responsabilidade em sua ges-

tão. Diz ainda como eles vão migrar para o Regime Geral e serão fiscalizados pela União e o controle externo.

O que saiu, por erro do Congresso, foi a presença dos estados e dos municípios nos parâmetros das aposentadorias e pensões. Isso faz com que servidores tenham regras diferentes dependendo do ente federativo. Vai gerar mais confusão. O Congresso derrubou também o gatilho demográfico que permitiria, como em outros países, que a idade mínima fosse subindo, com o aumento da expectativa de vida.

Nessa reforma, como em todas as outras, as que foram aprovadas e as que fracassaram, a verdadeira clivagem nunca foi entre esquerda e direita. É entre quem defende ou não os interesses corporativos. O pro-

jeito, que começou tendo como um dos objetivos reduzir desigualdades, teve na reta final a esdrúxula militância corporativista do presidente Jair Bolsonaro.

Em alguns pontos o projeto melhorou no Congresso. Um deles foi o fim da tentativa de mudar o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O grande problema com o BPC não é o benefício dado a quem chegou aos 65 anos com um quarto de salário mínimo de renda real per capita. Mas o fato de que a Justiça passou a dar o mesmo direito a quem tem uma renda maior do que essa. Pelo projeto, haverá agora uma definição clara sobre o limite dessa renda.

O principal problema com a reforma aprovada é que ela não cria um novo sistema que seja

sustentável. Faz uma correção no atual regime, não ataca as desigualdades de tratamento e cristaliza injustiças. As regras de transição para os servidores que entraram antes de 2003 no serviço público ficaram mais brandas. Eles têm as vantagens da integralidade e da paridade e por isso a reforma tinha incluído a idade mínima para eles.

Pelo acordo que está sendo negociado, policiais federais, legislativos ou rodoviários poderão se aposentar aos 52 anos, as mulheres, e aos 53 anos, os homens. Enquanto isso, o Brasil está caminhando para a idade mínima de 62 e 65 anos. A não ser os professores, que ficarão com 57 e 60 anos. O policial da União sai o grande privilegiado dessa reforma.

A Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado refez as contas ontem e projetou uma economia de R\$ 714 bilhões com a reforma em 10 anos. Inicialmente, a IFI já estimava um número menor do que o calculado pelo governo, de R\$ 995 bi. Todas as contas terão que ser refeitas após as votações dos destaques. O risco é que as regras fiquem ainda mais leves, para alguns, após essas votações.

Veículo: Metro1	
Data: 10/07/2019	Caderno: Política



Política

Reforma da Previdência é aprovada em primeiro turno na Câmara

Texto-base da reforma recebeu votos favoráveis de 379 deputados no plenário da Casa



Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados
Por **Adelia Felix** no dia 10 de Julho de 2019 · 20:10

A Câmara dos Deputados aprovou, em primeiro turno, por 379 votos a 131, o texto-base da reforma da Previdência (PEC 6/19), na noite desta quarta-feira (10), por volta das 20h. Agora os parlamentares começarão a votar os destaques apresentados à proposta.

Os destaques podem ser de emenda ou de texto. Para aprovar uma emenda, seus apoiadores precisam de 308 votos favoráveis. No caso do texto separado para votação à parte, aqueles que pretendem incluí-lo novamente na redação final da PEC é que precisam garantir esse quórum favorável ao trecho destacado.

A matéria foi aprovada na forma do substitutivo do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), que apresenta novas regras para aposentadoria e pensões.

Nesta madrugada, os parlamentares aprovaram o encerramento dos debates, e o plenário deu sinal favorável à reforma. Foram 353 votos contra 118, 45 a mais do que o mínimo necessário para a aprovação da medida, que é de 308.

11/07/2019 - 05:00

Regras fiscais terão novo desenho

Por Ribamar Oliveira



Um novo desenho institucional para as regras fiscais brasileiras começou a ser discutido pela Câmara dos Deputados com representantes do governo, mesmo antes da aprovação da reforma da Previdência Social. O objetivo é construir uma proposta que compatibilize a chamada "regra de ouro" das finanças públicas com o teto de gastos, de forma a torná-los eficazes.

Para isso, a ideia é aproveitar a PEC 438/2018, de autoria do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), que está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara e que será apreciada por uma comissão especial

a partir de agosto. A estratégia conta com o apoio do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que tomou a iniciativa de colocar a PEC 438, apresentada no ano passado, novamente em tramitação própria.

O deputado Felipe Rigoni (PSB-ES) será o relator da PEC na comissão especial. Ele criou uma equipe de consultores para ajudá-lo na tarefa. Uma primeira reunião dos consultores com representantes do Ministério da Economia já foi realizada na semana passada e outras virão. "Vamos construir a PEC de forma integrada [com o governo]", disse Rigoni ao **Valor**.

Ideia é compatibilizar o teto de gastos com a "regra de ouro"

"Acho que teremos um bom e construtivo debate sobre a 'regra de ouro' e regras fiscais no geral", disse uma autoridade do governo. Depois de aprovada pela Câmara, a PEC terá que ser analisada também pelo Senado. Mesmo assim a expectativa de Rigoni e da própria equipe econômica é que as novas regras entrem em vigor já em 2020.

Vários problemas terão que ser enfrentados pela equipe de Rigoni, em diálogo com o governo. O primeiro deles, e talvez o mais grave, é que, atualmente, não se sabe em que momento os gatilhos do teto de gastos são acionados, ou seja, o momento em que as medidas de ajuste da despesa previstas na emenda constitucional 95 podem ser utilizadas.

A emenda 95 fixou um limite para as despesas. Mas, para ficar dentro do teto, o governo só pode cortar os chamados gastos discricionários (investimentos e custeio da máquina administrativa). Como as despesas obrigatórias não param de aumentar, principalmente as previdenciárias, o governo é obrigado a ir reduzindo os gastos discricionários.

Da forma como foi redigida a emenda 95, no entanto, o governo tem que encaminhar ao Congresso a proposta orçamentária anual dentro do teto, necessariamente. Nem que, para isso, tenha que reduzir o gasto discricionário a zero. Somente neste momento, se o texto da emenda 95 for levado ao pé da letra, os gatilhos do teto iriam disparar. "Isso é impossível", observou uma fonte oficial. Ou seja, não faz sentido paralisar todos os serviços públicos oferecidos à sociedade (pela ausência de recursos para o custeio) para só então acionar as medidas de ajuste do teto.

O governo tem três alternativas para enfrentar a situação. Patrocinar uma mudança na legislação, que defina o momento do disparo dos gatilhos do teto; consultar o Tribunal de Contas da União (TCU) para que ele ajude a definir a questão; ou utilizar intencionalmente os restos a pagar para "estourar" o teto de gastos.

A última alternativa ocorreria da seguinte forma: o Orçamento do próximo ano seria elaborado com os gastos no limite do teto, como ocorre desde 2017. Tendo receitas suficientes, o governo executaria 100% das despesas previstas na lei orçamentária e, no final do ano, liberaria dinheiro para restos a pagar de anos anteriores. Com a estratégia, a despesa paga

no ano (lei orçamentária executada mais os restos a pagar) ficaria acima do teto. Com o estouro, o governo poderia acionar as medidas de ajuste no ano seguinte. "Somente assim se descumpre o teto", explicou a fonte.

O deputado Rigoni está a par da situação. "Esse é um problema que não tinha sido percebido quando a emenda 95 foi aprovada", disse. "Vamos corrigir isso e definir o momento em que os gatilhos do teto serão disparados", observou.

Outra questão a ser enfrentada é o que fazer com a chamada "regra de ouro". Por ela, o governo só pode aumentar o seu endividamento no montante das despesas de capital (os investimentos, as inversões financeiras e as amortizações). Ou seja, não pode elevar a dívida pública para pagar despesas correntes. Este princípio é chamado de "regra de ouro" das finanças públicas.

A questão é que o governo federal não conseguiu cumprir a regra neste ano e não conseguirá no próximo e nos seguintes. Por isso, está sendo obrigado a pedir autorização ao Congresso para emitir títulos públicos para pagar despesas correntes. Neste ano, o pedido foi de R\$ 248,9 bilhões.

O texto atual da "regra de ouro" não prevê avaliação periódica sobre o seu cumprimento e nem define as medidas de ajuste que devem ser acionadas se ela não for cumprida. Da forma como está redigida, ela é completamente ineficaz.

O deputado Rigoni também está consciente disso. A proposta que ele está elaborando, em conversa com representantes do governo, prevê a compatibilização da "regra de ouro" e do teto de gastos. A ideia é criar um "índice fiscal" que relacione operações de crédito e despesas de capital (OC/DK).

No momento em que esse índice superar 0,95, ou seja, em que as operações de crédito ultrapassem 95% das despesas de capital, o sinal de alerta seria aceso, e os gatilhos do teto de gastos, disparados. Ou seja, as medidas de ajuste previstas na emenda 95 seriam acionadas. Não poderiam ser criadas novas despesas obrigatórias, não poderia ser concedido reajuste salarial aos servidores nem aumento real para o salário mínimo, entre outras medidas. E o governo seria obrigado a fazer uma revisão de seus gastos.

Quando o índice OC/DK superasse 1, ou seja, a "regra de ouro" estivesse sendo descumprida, o governo poderia adotar dez outras medidas, entre elas, a redução da jornada de trabalho e dos salários de servidores, redução de 20% dos cargos comissionados, diminuição em 20% das renúncias tributárias e desvinculação dos recursos dos fundos setoriais para pagar a dívida pública.

Se o governo descumprisse a "regra de ouro" por dois exercícios seguidos, o servidor estável poderá perder o cargo e a renúncia de receita reduzida a 2% do Produto Interno Bruto (PIB).

A questão, certamente, ainda será bastante debatida, antes que se tenha o desenho final das novas regras fiscais.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

11/07/2019 - 05:00

IFI prevê economia R\$ 200 bi menor que o governo

Por **Fabio Graner**

A Instituição Fiscal Independente (IFI) divulgou ontem dois estudos sobre os impactos da proposta de reforma da Previdência, aprovada na comissão especial da Câmara dos Deputados, mesmo texto aprovado ontem à noite no plenário da Casa, antes dos destaques que ainda seriam votados pelos parlamentares. Segundo a entidade ligada ao Senado, a redução geral de despesas com a reforma é quase R\$ 200 bilhões inferior à estimada pelo governo em dez anos.

"A economia calculada pela IFI já era menor, no cenário PEC (isto é, texto original sem modificações). Enquanto o Executivo previa impacto de R\$ 1,2 trilhão, a IFI estimava R\$ 995 bilhões. No cenário pós alterações, a economia diminuiu para R\$ 901 bilhões (Executivo) e R\$ 714 bilhões (IFI)", explicou a entidade, usando um número ligeiramente diferente do governo, que incluiu na conta de redução e despesas a expectativa de menor judicialização sobre as regras do BPC, que economizaria R\$ 33,3 bilhões em dez anos.

"A conclusão principal, no caso da IFI, é que o efeito total das mudanças promovidas até o estágio de aprovação pela Comissão Especial, na Câmara, foi de R\$ 281 bilhões, ou 28,2%", explicou a entidade.

A IFI calculou em R\$ 30 bilhões o ganho de arrecadação com a adoção de uma alíquota de 20% de CSLL para os bancos, aprovada pela Câmara. A estimativa do governo, com a alíquota mais alta só para bancos e não outras instituições financeiras, é de R\$ 43,5 bilhões.

O outro estudo da IFI tratou especificamente das mudanças para as aposentadorias do setor público. "A economia em dez anos da PEC original em relação às regras atualmente vigentes é de R\$ 120,6 bilhões. No mesmo período, a economia do substitutivo, em relação às regras atuais, é de R\$ 66,8 bilhões. Com isso, a economia gerada pelo substitutivo é menor do que a gerada pela PEC original em R\$ 53,8 bilhões", aponta esse outro estudo.

O material destaca que a economia com aposentadorias é de R\$ 51,2 bilhões, ante R\$ 15,6 bilhões das pensões. "Portanto, comparando-se as economias geradas nos dois cenários de reforma, nota-se que a PEC economiza R\$ 50,4 bilhões a mais com aposentadorias, e R\$ 3,8 bilhões a mais com pensões. Em outras palavras, quando se passa da PEC para o substitutivo, a economia com aposentadorias é mais afetada do que a economia com pensões", diz o texto.

Veículo: A Tarde	Caderno: Economia & Negócios
Data: 11/07/2019	Página: B2

JUNHO

Cai inflação para famílias com renda mais baixa

VITOR ABDALA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a inflação para famílias com renda de até cinco salários mínimos, ficou em 0,01% em junho deste ano, abaixo do 0,15% de maio e do 1,43% de junho de 2018. O dado foi divulgado ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O INPC registrou a mesma taxa do IPCA, que

mede a inflação oficial, em junho deste ano.

Deflação

A inflação para famílias com renda mais baixa acumula em 12 meses uma taxa de 3,31%, abaixo dos 3,37% do IPCA.

De acordo com o INPC, os produtos alimentícios registraram deflação (queda de preços) de 0,18% em junho, enquanto os não alimentícios tiveram inflação de 0,09% no período.

Tribuna

Inflação oficial fica em 0,01% em junho, a menor taxa do ano

G1

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerando a inflação oficial do país, ficou em 0,01% em junho, a menor taxa para 2019, segundo divulgou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o resultado, o índice acumula alta de 2,23% no 1º semestre e de 3,37% nos últimos 12 meses, permanecendo bem abaixo da meta de 4,25% definida pelo

governo para o ano. Trata-se da taxa em 12 meses mais baixa desde maio de 2018 (2,86%), o que deve aumentar as apostas de cortes na taxa básica de juros, atualmente em 6,5% ao ano.

Foi a menor inflação para meses de junho desde 2017 (-0,23%) e também a menor variação mensal desde novembro, quando houve deflação de 0,21%, ajudada pela sazonalidade favorável, queda dos preços dos alimentos e pela fraqueza da economia, que dificulta os reajustes.

A estagnação econômi-

ca, apontou o pesquisador, pode ser percebida no IPCA quando se observa a queda nos serviços. Em 12 meses, a inflação de serviços desacelerou de 3,87% em maio para 3,37%.

“Qualquer efeito de demanda por conta das famílias impacta na inflação. Ontem, por exemplo, saiu uma pesquisa mostrando a queda no consumo das famílias por causa das dívidas. Esse endividamento compromete o consumo das famílias e afeta, principalmente, a demanda por serviços”, disse.

Tribuna

Economista alerta sobre as mudanças na tabela do IR

LÍCIO FERREIRA
REPÓRTER

Para corrigir uma distorção causada por um tipo de subsídio tributário (deduções médicas), o Ministério da Economia está sugerindo, no lugar do benefício, que seja feita um corte das alíquotas do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF) em 8%. A equipe econômica alega que uma parcela pequena da população – a mais rica – é a principal beneficiada.

Segundo o economista Ivan Gargur, a ideia mais interessante para mitigar este e outros conflitos, seria o reajuste da tabela do IR, que proporcionaria, diretamente, resultados mais práticos para todas as camadas da população. "Por enquanto, o atual governo tem mostrado interesse em tomar esta decisão pelo reajuste da tabela, mas ainda não o fez. Hoje, qualquer aumento de salário que o trabalhador brasileiro recebe, imediatamente, ele muda de faixa de contribuição para cima e paga mais à Receita Federal".

Ainda conforme o professor e consultor Ivan Gargur, "quando o salário bruto do trabalhador aumenta, o líquido que ele recebe - depois dos descontos de folha - é menor. Sinceramente, eu não vejo nenhuma dificuldade para que esta decisão seja tomada. O governo poderia começar, de forma gradual, reduzindo todo ano a tabela, com base na inflação. Assim, não perdemos nenhuma receita. O que

falta mesmo, é decisão política!"

Ivan Gargur diz, ainda, que não gosta desta comparação entre ricos e pobres. "Final, não se pode esquecer que, entre as duas classes, está a classe média que, proporcionalmente pela sua renda, paga mais Imposto de Renda". Em seguida fez uma dura queixa sobre a promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro de isentar grande parte da classe média. "Foi tudo uma grande mentira! Isso não é realidade! Afinal, nenhum governo quer e pode perder receita tributária."

DISTORÇÕES

Para o consultor Financeiro Antonio Carvalho, os argumentos apresentados pela equipe econômica são plausíveis, "pois, considerando-se que as despesas médicas são dedutíveis do Imposto de Renda (IR), sem um teto limitador, ou seja, todas as despesas dedutíveis poderão ser lançadas de forma ilimitada e, que as pessoas com maior renda (os mais ricos), possuem maior capacidade de pagamento de despesas médicas com planos de saúde e procedimentos, ao contrário daqueles com menor renda (os mais pobres), que geralmente utilizam os serviços públicos de saúde, essa dedução apresenta uma tendência clara de gerar distorções".

Para justificar suas posições, o professor de Finanças e Economia Antonio Carvalho até se dispôs a analisar de forma prática, a situação, ao simular o cál-



SAÚDE

Deduções com serviços médicos poderão sofrer alteração na tabela do IR

culo do IR com duas pessoas com rendas diferentes. Uma com rendimentos médios anuais de R\$ 240.000,00 (média mensal de R\$ 20.000,00) e outra com rendimentos médios de R\$ 48.550,00 = salário médio de R\$ 3.500,00 X 13,3 (12 salários + 13º + 1/3 de férias). E, gentilmente, nos enviou a seguinte informação:

"Considerando o desconto da previdência (INSS no teto máximo) e 2 dependentes para os dois casos, temos no primeiro caso (o mais rico) pagando em média R\$ 86.800,00 sem o lançamento de despesas médicas e de aproximadamente R\$ 56.800,00 se lançar em sua declaração R\$ 24.000,00 de despesas médicas (equivalente ao um plano de saúde no valor de R\$ 2.000,00 por mês). Assim, a economia anual gerada pela dedução é de aproximadamente R\$ 9.000,00", reforça.

No segundo caso, o professor de Finanças e Economia considerará as mesmas deduções (INSS na faixa de 11% e 2 dependentes), e diz que o trabalhador pagaria aproximadamente

R\$ 10.500,00 de imposto, levando-se em conta que, em virtude da renda, não haja deduções relativas às despesas médicas.

"Ao simular a redução de 8%, em todas as faixas de alíquotas proposta pelo governo, é possível constatar que, para o caso do mais rico a alíquota média cairá de 27,13% para 24,96% e o imposto pago seria de aproximadamente R\$ 58.300,00 que, comparado com a atual situação significará uma economia aproximada de R\$ 1.500,00. Inferior à situação atual, ou seja, ele pagará mais imposto. Para esse público, a renúncia do governo será menor. Já para o trabalhador de menor renda, a alíquota média cairá de 25,38% para 23,35% e o imposto pago será de aproximadamente R\$ 9.580,00 com uma economia aproximada de R\$ 920,00" comenta.

Antonio Carvalho concluiu - após suas análises - que "a proposta governamental é benéfica para as pessoas de menor renda, pois estes pagarão menos impostos; enquanto os de

maior renda pagarão um pouco mais. A distorção, neste caso, é retirada, pois, ao alterar a alíquota de todos os pagadores de IR de forma imestrada, considerando-se que ela é progressiva, ou seja, maior renda, maior alíquota, torna-se proporcional o pagamento e os benefícios, diferente das deduções das despesas médicas que favorecem aqueles que possuem maior renda" finaliza.

RENÚNCIA

Atualmente, a renúncia do governo a partir de gastos médicos atinge a faixa dos 20% dos mais ricos do país. Dentro dessa parcela, a concentração do benefício para os mais ricos é ainda mais evidente: 88% da renúncia fica com os 10% mais ricos. E só 1% dos contribuintes se apropria de 18% dos subsídios. Conforme O Globo, o levantamento realizado também aponta que as deduções médicas do IRPF constituem o gasto mais pesado da conta total de subsídios do governo no setor de saúde. Na visão do governo, o perfil do gasto é regressivo, o que só aumenta a desigualdade

social no País. Quem ganha menos paga mais, proporcionalmente, do que quem tem renda maior - e que, em geral, usa o sistema privado de saúde.

O subsecretário de avaliação de subsídios da União, Alexandre Manoel da Silva disse ao IG que: "a análise do impacto distributivo da dedução de despesas médicas da base de cálculo do IRPF permite apontar para a regressividade dessa política, ou seja, a concessão desse subsídio tributário tenderia a aumentar a desigualdade de renda no País".

Por sua vez, o presidente da República, Jair Bolsonaro deu entrevista à Rádio Bandeirantes, no mês de maio passado, prometendo que a tabela do Imposto de Renda para Pessoa Física (IRPF) seria corrigida pela inflação em 2020. E disse mais: "Hoje em dia, o Imposto de Renda é redutor de renda. Eu falei com o Paulo Guedes que, no mínimo, este ano, temos que corrigir, de acordo com a inflação a tabela para o ano que vem".

DEFASAGEM

A realidade é a seguinte: A tabela do Imposto de Renda não passa por correções desde o ano de 2015. Segundo o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional), essa falta de mudança seria prejudicial, principalmente, para os contribuintes de renda mais baixa. "Esses contribuintes poderiam estar na faixa de isenção, mas são tributados em 7,5% por causa dessa falta de correção", argumentam os auditores.

Atualmente, é tributado no imposto de Renda quem ganha mais que R\$ 1.903,98 por mês. Se a tabela fosse corrigida integralmente desde 1996, os contribuintes que ganham até R\$ 3.689,93 por mês seriam isentos do imposto de renda. Ainda conforme o Sindifisco Nacional a tabela do Imposto de Renda acumula uma defasagem de 95,46% nos últimos 22 anos. Esse atraso na correção da tabela provoca um efeito cascata que aumenta o imposto descontado na fonte e diminui as deduções.

Foto: Google Imagem